



**FESAP**

Federação de Sindicatos da Administração Pública  
e de Entidades com Fins Públicos



Recebido  
a 10h. 30  
136 ~~136~~ Sindicato

## **XIV CONGRESSO DA UGT**

### **MOÇÃO DE URGÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Santarém – 23 e 24 de abril de 2022

#### **NEGOCIAR AS PRIORIDADES: VÍNCULOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES**

Os fortes impactos negativos provocados, tanto pela crise pandémica, como pela instabilidade gerada pelos recentes desenvolvimentos geopolíticos, reafirmam e não deixam quaisquer dúvidas quanto à direção que a **FESAP** considera que a reforma do setor público deve tomar, de reforço do papel do Estado na vida dos cidadãos.

Um país que tenha serviços públicos próximos da sua população, dotados de todas as ferramentas, convencionais e digitais, e com trabalhadores e trabalhadoras motivados e qualificados, reforçará Portugal enquanto Estado Social, permitindo-o estar apetrechado com os meios essenciais para responder de forma rápida, eficiente e eficaz a quaisquer que sejam os desafios que se lhe apresentem.

A estabilidade política que se antevê no decurso da recém-iniciada legislatura representa uma oportunidade singular para, desde logo, recentrar o diálogo social e a negociação coletiva nas sedes próprias, das quais tinham sido afastados por força das soluções governativas que foram adotadas nas duas legislaturas anteriores, sendo também expectável que as medidas relacionadas com o setor público deixem de ser utilizadas como bandeiras de propaganda hasteadas na comunicação social para o público em geral ou como moeda de troca em negociações partidárias com vista à obtenção de apoio parlamentar.

Estão reunidas todas as condições para governar, mas também para negociar e alcançar acordos e entendimentos, tanto no que respeita às questões que exigem a adoção de medidas mais urgentes, como também para, em conjunto com as organizações sindicais e demais agentes sociais, económicos e políticos, trilhar o caminho para uma reforma da Administração Pública que assente, desde logo, em três pilares fundamentais:

#### **VÍNCULOS**

A **FESAP** defende a adoção do vínculo único na Administração Pública enquanto forma de resolver as injustiças que continuam a verificar-se em variados locais de trabalho, afetando, sobretudo, os trabalhadores e as trabalhadoras com contrato individual de trabalho do setor da saúde, onde, diariamente, lado a lado, encontramos colegas a desempenharem as mesmas funções sem que usufruam dos mesmos direitos no que respeita a questões tão básicas como o horário de trabalho e o salário.

A adoção do vínculo único de emprego público resolveria também a questão da impossibilidade de inscrição dos trabalhadores das empresas municipais na ADSE.

## **CARREIRAS**

A **FESAP** defende que todo o sistema de carreiras da Administração Pública deve ser revisto, avançando-se para o abandono das carreiras unicategoriais em prol de carreiras pluricategoriais, com topos alcançáveis por todos os trabalhadores e trabalhadoras que apresentem níveis de produtividade e de mérito elevados.

É por isso fulcral que se proceda rapidamente à revisão das carreiras gerais (assistente operacional, assistente técnico e técnico superior), das carreiras especiais e das não revistas e subsistentes, que há largos anos aguardam soluções que as tornem ajustadas à realidade.

A **FESAP** defende também a criação de carreiras que considerem as especificidades inerentes ao desempenho das funções atualmente a cargo de assistentes operacionais e de assistentes técnicos, como sejam, por exemplo, as carreiras de técnico administrativo de saúde, técnico auxiliar de saúde, secretário clínico, técnico administrativo de educação, técnico auxiliar de educação, técnico de administração autárquica, agente único de transportes coletivos, entre outras equiparadas em outros setores, bem como novas carreiras no âmbito do socorro e da proteção civil.

Por outro lado, é absolutamente crucial que seja finalmente concretizada a tão esperada revisão do SIADAP, sendo essencial que o Governo assuma o compromisso de abertura e conclusão de um processo negocial sobre esta matéria, da qual depende, intimamente, o sucesso de qualquer sistema de carreiras digno e justo.

## **REMUNERAÇÕES**

É imperativo que seja dado um sinal inequívoco de que a política de baixos salários será abandonada, que será invertida a trajetória de degradação dos salários face à inflação e a aproximação do salário médio ao salário mínimo, e que se acabe com a contínua absorção de posições da Tabela Remuneratória Única (TRU) por via do aumento do salário mínimo (o qual, considera a **FESAP**, não deve ser aplicado à Administração Pública).

Este é um caminho que terá de ser seguido, não só ao nível dos diversos níveis da Administração Pública, Central, Regional e Local, mas também no setor Empresarial Público, nas Misericórdias e nas IPSS.

Assim, o novo Executivo terá de ser claro relativamente à política de rendimentos que pretende levar a cabo, incluindo salários, pensões, promoções e progressões, sem esquecer os essenciais aumentos do subsídio de alimentação, das ajudas de custo e de deslocação para níveis realistas face ao atual custo de vida. A **FESAP** exige ainda uma fiscalidade mais justa, menos penalizadora dos rendimentos do trabalho.

Finalmente, a **FESAP** sublinha a matriz negocial dos sindicatos seus filiados, apresentando total disponibilidade e empenho na negociação coletiva, consubstanciada no desenvolvimento de processos de âmbito global ou sectorial, que permitam alcançar resultados, traduzidos na celebração de acordos anuais ou plurianuais.

Santarém, 23 de abril de 2022

